


A. A. MARQUES DE ALMEIDA



Ler o mundo  
e imaginar o  
possível.

Conhecimento  
e representação  
do mundo no  
tempo de  
Tordesilhas

**A. A. MARQUES DE ALMEIDA** é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



O Tratado de Tordesilhas, assinado pelos representantes dos reis católicos e de d. João II no dia 7 de junho de 1494 e, logo em seguida, ratificado por d. Fernando e d. Isabel (2 de julho) e pelo monarca português (5 de setembro), tem merecido diversas interpretações e leituras historiográficas. Poucas vezes um documento diplomático de tão grande importância terá sido negociado com tanta rapidez e a contento das partes envolvidas.

O Tratado conta-se, sem dúvida, entre os textos mais questionados pelos historiadores e pode afirmar-se que não os tem desiludido, antes pelo contrário, na medida em que as suas múltiplas leituras abriram caminho a um rosário infindável de questões, às quais, não se pode escondê-lo, responde mal e de maneira ambígua. Daí a geratriz de dúvidas e de incertezas, e até de texto mítico, a que por vezes tem sido alçado.

Mas, se de certa maneira o que se afirma acima ressuma algum exagero, penso que todos estamos de acordo quanto ao tratar-se de um texto que, não contendo em si todos os elementos necessários à sua compreensão, não se explica a si próprio. Por isso, o texto de Tordesilhas comporta-se como um sistema fechado e a sua compreensão só pode ser exógena, porque depende de elementos estranhos. E, de entre estes, o clima mental em que emergiu poderá produzir alguns modelos interpretativos de significativa importância para o seu enquadramento histórico.

Assim, ocorre perguntar: saberiam os negociadores realmente o que negociavam? Não restam dúvidas quanto à determinação política e à vontade de definir uma estratégia, ou estratégias, que acautelasse os interesses das duas potências, mas presume-se que não tivessem ideias muito claras sobre a maneira mais adequada de o fazer. Daí as dificuldades em levar à prática o que assentaram entre eles, e que não podiam sequer ser imaginadas, pois os limites da imaginação estão para além do horizonte da expectativa e só este comporta a utensilagem analítica disponível para a leitura da realidade.

A tradição de Parménides, que ainda vigorava na Baixa Idade Média, implicando a divisão da esfera em cinco zonas, e as ainda insolúveis representações da ecúmena me-

dieval não deixavam margem para uma segura leitura do largo espaço atlântico, sobre o qual a linha seria lançada. De outra maneira, a ideia de uma Terra esférica na sua totalidade ainda demoraria mais de cem anos a impor-se nas visões dos europeus, longe da solução das dificuldades colocadas pela junção das esferas da água e da terra.

Por isso, o menos que se pode dizer é que o Tratado de Tordesilhas é paradoxal e as dificuldades da sua aplicação são bem conhecidas e bem patentes no seu texto. Em primeiro lugar, como se marcavam as 370 léguas em longitude; depois, a definição da extensão de um grau do meridiano terrestre; e por fim, a partir de que ilha do arquipélago cabo-verdiano se iniciava a contagem das 370 léguas a oeste, pois a origem da contagem é omissa.

Mais: em Tordesilhas existem duas linhas em vez de uma. A primeira é uma linha intencional, é um meridiano, que deveria ser obtido:

“pollo dito mar oceano hua Raya ou linha direita de poolo a poolo a saber do poolo artico ao poolo antartico que he do norte ao Sul. A qual Raya ou linha se aja de dar e de dereita como dito he a trezentas e setenta leguas das ilhas de cabo verde para a parte do ponente por graoos ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que nõ sejam mais” (1).

E digo intencional porque, prevendo o impossível, ou seja, que a demarcação fosse lançada no “mar oceano”, não foi levada à prática. Desta maneira, estamos em presença de um semimeridiano, que vai do “poolo artico ao poolo antartico que he do norte ao Sul”. Só com a chegada de Sebastião del Cano, após a primeira viagem de circum-navegação, e a agudização do conflito das duas coroas ibéricas pela posse das Molucas, é que d. João III, com a imediata concordância de Carlos V, anteviu as vantagens de a linha divisória de Tordesilhas ser extensível ao Oriente, impondo-se então – a segunda linha – como um meridiano. Mas as grandes dificuldades práticas da demarcação continuam bem

patentes durante anos e a Junta de Elvas-Badajoz, com a discussão acesa entre os cosmógrafos e matemáticos portugueses e castelhanos, testemunha a evidência dessas dificuldades.

Compreende-se agora melhor a afirmação de que a linha que dividiria as duas grandes áreas de influência de Portugal e de Castela foi apenas imaginada. Pois, como nomear uma linha traçada entre dois pontos, “poolo artico” e “poolo antartico”, e em dois espaços, um físico, só concebível como ptolomaico e euclidiano, que mal se lê, e outro mental, sem representação possível?

Para um historiador das mentalidades a contradição maior de Tordesilhas consiste no evidente desajustamento dos seus homens com a sua própria intencionalidade. São homens de um mundo que se esfuma e que assentam os pés num outro que ainda se não conhece.

Mas se Tordesilhas é uma linha traçada em espaços físico e mental – um, que mal se lê, e outro, sem representação imaginária – não será igualmente um tempo do impossível? Bem podia Francisco I ficar descansado: como o sultão no conto árabe que fala da invenção do xadrez podia dormir tranquilo; jamais o seu inventor, que lhe pedira como retribuição dois grãos de trigo na primeira casa, quatro na segunda, etc., chegaria alguma vez no tempo humano ao fim da contagem. Do mesmo modo, se Adão tivesse legado em testamento a divisão do mundo aos monarcas ibéricos, era também certo que não lhes dissera como deveriam fazer. No ocaso do mundo ptolomaico, dividir espaço euclidiano era uma tarefa infundável, num tempo impossível. Os cosmógrafos e os matemáticos da Ponte do Caia deram-se bem conta disso.

No mundo finissecular quatrocentista a *inovação* reina sobre toda a Terra e sobre todos os oceanos, e ainda que os historiadores tenham com ela um conflito mal resolvido, não raras vezes a história tem-lhe reservado um papel de confronto e, em última análise, reconhece-lhe uma acção decisiva na transformação das mentalidades. Foi mais uma vez o caso.

Não se estranhe, pois, que a *inovação*

1 Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1971, vol. IV, p. 435.

que nos interessa neste estudo seja a que respeita às estruturas mentais e, também aqui, estejamos com Marc Bloch que a definia como sendo, em primeiro lugar, um contacto de mentalidades. Isto é igualmente válido no sentido mais extenso do seu significado: a inovação tecnológica que, na senda do progresso técnico e em casos extremos, se assume como uma situação de ruptura. Quem primeiro deu por isso foram os historiadores da economia porque, na senda da teoria económica, encontraram o caminho desbravado pela subtileza de Schumpeter; mas são os historiadores das mentalidades que, indubitavelmente, melhor uso fazem dela.

Porém, devemos ter em atenção que a inovação resulta muitas vezes de lentas e laboriosas descontinuidades que conduzem ao enfraquecimento dos saberes ou daquilo que se toma por eles. É que o acto da criação científica, sendo uma atitude de mentalidade, e comportando-se sempre como mecanismo de inovação mental, é também produto de descontinuidade e assume-se como elemento de modernidade. E, nesta condição, conta mais do que a descoberta, ou seja, a realidade dada como recentemente conhecida.

No tempo de Tordesilhas o conhecimento do espaço geográfico era uma concepção de finitude, um momento breve de crisálida, aguardando a anunciada transformação. Um tempo único de metamorfose que dificilmente voltaria a repetir-se no processo histórico da cultura europeia. E é, justamente, no campo da geografia que a transformação dos olhares mais prejuízos causou, arrasando sem remissão o edifício ptolomaico que resistira durante mais de 1.200 anos e, mesmo falso, tão bons e relevantes serviços prestara. E é igualmente no domínio da geografia que se joga o maior desafio da cultura europeia (e também a mais fecunda inovação), que consiste na configuração espacial do Atlântico, esse Mediterrâneo às avessas, com o eixo dos meridianos no lugar do eixo dos paralelos, sendo também verdadeira a recíproca (2).

Este conhecimento, por ser novo, torna-se valioso e difunde-se como informa-

ção e eis uma mercadoria de elevado valor científico, político, económico e estratégico. Isso explica, por exemplo, a velocidade de circulação da novidade geográfica que as cartas italianas de Cristoforo Soligo e de Grazioso Benincasa registam sobre o progresso das navegações portuguesas em África, ainda antes de 1490.

Um outro exemplo pode ser ilustrado pelo célebre Planisfério, dito de Cantino, onde já aparece registrada a Ilha da Ascensão, descoberta na torna viagem de João da Nova, que chegou a Lisboa em setembro de 1502. Em novembro seguinte Alberto Cantino escreve ao duque de Este, anunciando que já tem o Planisfério com ele. Como se vê, a informação corre célere, mas é clandestina e marginal e vai manter-se neste estado durante mais de duzentos anos, alimentando a controvérsia e dando aso a lendas e mitos de que também a historiografia europeia se alimenta. Vejam-se os casos paradigmáticos da sempre celebrada Escola de Sagres ou a política de sigilo de d. João II de Portugal.

Num tempo de conhecimento incerto que vias se abriam à representação do mundo? Como seria esta possível quando a velha questão de saber se a Terra descança sobre as águas ou se estas se envazam nas concavidades das terras não estava ainda dirimida? A primeira leitura não estava ainda totalmente arredada do entendimento dos homens, e à segunda faltava-lhe a justificação.

Este jogo complexo do tentar inovar e do resistir, seja na esfera do social ou no âmbito da mentalidade, marcou a cultura portuguesa dos séculos XV e XVI com momentos de síntese laboriosamente construídos. E é no domínio do conhecimento e da representação do espaço físico – a geografia e a cartografia – que, a par da sistematização da nova informação sobre as correntes oceânicas, os fundos marítimos, os regimes dos ventos, a náutica astronómica, se podem demarcar áreas do mais fino recorte de inovação, todas elas fazendo parte da larga panóplia do conhecimento emergente, que os homens dos séculos seguintes designariam por empírico.

2 Vitorino Magalhães Godinho, "Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro (1670-1770)", in *Ensaio*, Lisboa, S. da Costa t. II, p. 427.

As origens da cartografia portuguesa devem procurar-se na tradição dos portugueses medievais italianos que, por sua vez, consagram, eles também, uma antiquíssima herança mediterrânica que ascende ao século V a. C. Heranças longínquas que se transformaram em legados geracionais, constantemente aditados pelos frutos das novas experiências e que dos ribeirinhos mediterrânicos passou aos aragoneses, portugueses e castelhanos, sob a designação genérica de roteiros (3). Não se estranha, pois, que a cartografia aragonesa (as célebres raízes maiorquinas da nossa cartografia) tenha sido, durante os séculos XIV e XV, um importante centro de irradiação e a fonte histórica dos cartógrafos portugueses.

O historiador belga Charles Verlinden aponta o ano de 1445 como sendo o tempo do começo da cartografia em Portugal e, quarenta anos depois, em 1485, surge o mais antigo roteiro português, segundo proposta de Vitorino Magalhães Godinho (4). A descoberta de novas terras implicou um esforço desmedido de compreensão fenomenológica, e a reorganização do espaço geográfico exigiu profundas mudanças nas estruturas mentais dos europeus. O cálculo das dimensões terrestres, consoante a tradição ptolomaica, é progressivamente substituído por propostas ajustadas às novas concepções do real; os arcaísmos e os erros são corrigidos, não sem que, por uma razão ou por outra, o espanto se suceda à incredulidade.

Seria interessante analisar até onde o *espaço cartográfico* foi o veículo ideal e mesmo privilegiado para a circulação da nova informação, à medida que ela ia ficando disponível. A intensa procura a que, desde finais do século XV e até ao século XVII, quer as cartas quer os próprios cartógrafos estiveram sujeitos, explica a avidez e a importância que, sob o ponto de vista de estratégia militar, económica e política, os referidos documentos suscitavam. Mas a informação cultural e mesmo civilizacional que elas difundem não é de somenos importância e por isso noutra lugar voltaremos a este assunto.

Nos tempos que antecederam o Tratado de Tordesilhas a informação científica circulou confinada aos paradigmas e à prática experimental que os mesmos consignavam, sempre dentro dos limites da sua capacidade explicativa.

Na Baixa Idade Média é possível detectar-se uma ressonância composta pela circulação dos discursos dos saberes herdados da Antiguidade e da confluência indo-árabe. O elemento catalisador da difusão da informação dos saberes foi o aparecimento em romance de obras de índole científica, tal é o caso da versão castelhana quatrocentista do *Almanach* de Zacuto (publicado em Leiria, em 1496), do *Tratado da Practica d' Aritmetica* de Gaspar Nicolas, o primeiro livro científico publicado em língua portuguesa (5). O *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes, bem como as práticas de aritmética de Ruy Mendes, de Bento Fernandes, contribuíram para a organização do discurso e do léxico científico da nossa língua (6).

Em Quatrocentos, no período pré-gutenbergiano, uma vasta panóplia de textos, aditados por sucessivas leituras e comentários geracionais, alimentava a formação dos grupos cultos. Os *Libros del Saber*, de Afonso X, os textos de Sacrobosco, *As Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, as obras de Boécio, de Euclides, de Purbáquio e de Aristóteles tiveram frequentes edições e, na segunda metade do século XV, depois da invenção da tipografia, conheceram em curto espaço de tempo inúmeras prensagens. Lugar especial para Ptolomeu, cuja *Geografia*, esquecida durante séculos, foi reintroduzida no Ocidente por uma tradução de Jacobo d' Angiolo (1409), mas só publicada em 1475, e que daí em diante se reproduziu como uma tortulheira (7).

Nesta altura circulavam em Portugal e no resto da Ibéria versões latinas e até mesmo em vulgar de Estrabão, Plínio, Dioscórides, Pompónio Mela, Euclides, Boécio, Avicena, Galeno, Regiomontano, a par dos textos hebraicos e árabes de Ibn Ezra, Azarquiel, Ibn Safar, Alfragano (*Rudimenta Astronomica*) e Messahala (*O*

3 Não se conhecem, de forma segura, cartas náuticas antes da segunda metade do século XIII, o que torna conjectural tudo o que, sobre o assunto, se tem escrito.

4 Aparece inserido no chamado *Manuscrito de Valentim Fernandes*, publicado, segundo Bensedat, em 1508.

5 Oficina de Germão Galharde, Lisboa, 1519.

6 A. A. Marques de Almeida, *Aritmética como Descrição do Real* (1519-1679). *Contributos para a Formação da Mentalidade Moderna em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

7 Entre nós, Virgínia Rau rastreou uma cópia datada de 1460, facto que prova a circulação da informação escrita, mas não prova que o Infante d. Henrique tivesse dela conhecimento ou que a tivesse lido, pesem os testemunhos abonatórios de João de Barros ou de Duarte Leite nesse sentido.

*Tratado do Astrolábio*). A *Imago Mundi* do Cardeal Pierre D'Ailly (c.- 1410) foi conhecida em manuscrito até ser prensada em Lovaina, entre 1480 e 1483. Não há, todavia, provas concludentes de ter sido conhecida em Portugal, embora seja elevada a probabilidade de ter circulado entre nós; Colombo trabalhou-a demoradamente e anotou-a, como se pode verificar no seu exemplar pessoal, existente na Biblioteca Colombina, em Sevilha.

A versão latina do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco corria a Europa desde a segunda metade do século XIII e Luis de Albuquerque documentou a sua circulação no Portugal Quatrocentista (8). Também os estudos de A. Moreira de Sá comprovam a circulação de várias obras de matemática e de astronomia, em época anterior à fundação do Estudo Geral de Lisboa (9). Uma *Sphera Mundi*, de autor não mencionado, aparece rastreada em 1257, no testamento de Mestre Gil, de Leiria, deixando aberta a ideia de que outras haveria e seriam igualmente lidas. Guy Beaujouan inventariou no acervo que pertenceu à livraria do Colégio Viejo de San Bartolomeo, de Salamanca, entre outros, o *Tratado da Esfera* de Sacrobosco e um comentário redigido por Roberto Anglês; o *Tratado do Quadrante* deste último; e ainda o *Tratado do Quadrante Novo*, de Profatio (10). Luciano Pereira da Silva, no seu estudo *Astronomia de Os Lusíadas*, provou que Camões seguiu o sistema ptolomaico na descrição da máquina elemental do mundo, tal como é feita pela deusa Tétis. De entre as leituras de Camões contava-se, provavelmente, a obra de Purbáquio, *Theoricæ novæ Planetarum* de 1460, uma vez que esta teve larga difusão em Portugal ainda no século XV e que veio a acentuar-se no século seguinte, tendo ainda Pedro Nunes, em 1537, realizado uma tradução e um comentário àquela obra. Mesmo este, que ganhou fama entre os contemporâneos de ser homem bem informado, quando em 1566 imprimiu os seus tratados em latim, ainda manteve a visão ptolomaica do mundo, não obstante Copérnico ser conhecido nos meios científicos e seguramente ser já

da sua leitura pessoal. Como se vê, o universo das leituras oferecidas por estes textos em pouco ou nada ajudaria os coetâneos de Tordesilhas à interpretação do mundo, sobretudo no momento em que diante dos seus olhos incrédulos ele se transformava, deixando de ser o que era, para parecer outra coisa. Os meios disponíveis para a interpretação do mundo claudicavam. Os limites dessa interpretação foram rompidos pela primeira geração de gente ligada às navegações, mareantes, pilotos, cosmógrafos, astrólogos, roteiristas, e cujos nomes enchem os compêndios de história, desde o Infante, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Valentim Fernandes, Pêro Vaz de Caminha, Duarte Pacheco Pereira, Gaspar Nicolás, d. João de Castro, Pedro Nunes, Diogo de Sá...

Se, como já deixámos antever, os limites da interpretação do mundo se encontram esgotados no tempo de Tordesilhas, os limites da imaginação do Mundo dos homens desse tempo estão contidos dentro da sua capacidade de imaginar e de descobrir. E, todavia, descoberta, invenção e inovação, eis a tríade que formou – que estava a formar no tempo de Tordesilhas – o homem moderno. Achamos aqui o ponto de partida de uma espantosa viragem que sacudiu o homem europeu do dormir medieval e o preparou para a leitura do grande livro do mundo na melhor tradição de Lucrécio, de Nicolau de Cusa e que seria continuada por Galileu, Francis Bacon e Tommaso Campanella. Os limites da imaginação do mundo, como o horizonte visto do cesto da gávea, afastam-se cada vez mais e os novos olhares são os dos grupos em ascensão social: mercadores e os seus agentes; de entre as novas profissões ligadas ao comércio de longa distância ou no âmbito de grupos profissionais: roteiristas, mareantes, pilotos, cosmógrafos.

Aritméticos, também, pois a linguagem da descrição do mundo chama-se *Aritmética* e constituiu-se como a utensilagem que tornou possível um primeiro momento da síntese no dealbar de Época Moderna: a aritmetização do real, a que se seguirá, pro-

8 Luis de Albuquerque, "Sobre um Manuscrito Quatrocentista do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco", in *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, Coimbra, t. XXVIII, 1959, pp. 142-76.

9 É o caso dos manuscritos *Alcabitus obtimus liber de Astronomia*, *Liber circuli celestis opera* e *Liber de Astronomia et sun xij*, além de um outro *Duo Libri de Geometria Magnij*. Apud Luis de Albuquerque, *Para a História da Ciência em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 23, nota 34.

10 Luis de Albuquerque, *Para a História da Ciência em Portugal*, op. cit., p. 21.

posta por Galileu, a decifração da linguagem matemática em que está escrito o livro da Natureza (11).

É certo que o mundo já tinha começado a mudar muito antes das grandes viagens de Bartolomeu Dias, Colombo ou Vasco da Gama. Quando falo de mundo, falo, naturalmente, do mundo medieval e de tudo o que ele representa de herança, de inovação, mas também de resistência. Há muito que a visão de Nicolau de Cusa deixara de ser consentânea com a organização aristotélica, e Copérnico permanece muito mais agarrado à medievalidade do que ao pensamento moderno que, sem dúvida, ajudou a construir. Foi preciso Keppler e Galileu para que a modernidade que se adivinhava nas suas obras viesse ao de cima e desempenhasse o papel cimeiro de agente transformador das visões do mundo. E, de entre estes agentes da transformação, Tordesilhas ocupa lugar cimeiro, indispensável à redefinição do espaço físico e de um outro espaço ainda mais difícil de definir – o mental, sem o qual, na aurora da modernidade, nenhuma viagem se torna possível, nenhuma estratégia se consolida. As linhas de Tordesilhas, tal como fora o Cabo Bojador, são situações limites da angústia, do medo mas também do prazer. A abertura da mentalidade medieval, talvez a herdeira do deambular persistente e teimoso em encontrar uma qualquer Ítaca, passa pela viagem, entendida esta como algo intimamente ligado ao prazer da descoberta e ao encontro com a alteridade. Durante séculos os viajadores vão alimentar a crónica interminável dos naufrágios da carreira da Índia ou do Brasil, o desfiar do rosário da desdita e da esperança de um povo inteiro. Não é novidade nenhuma. O mundo medieval está cheio de incansáveis viajadores e pelas grandes rotas comerciais fluem mercadorias, homens, visões do mundo. Infatigáveis caminhantes foram o Infante d. Pedro, o das Sete Partidas, os Lomellini ou Marco Polo, só para lembrar nomes de profunda, ainda que diferenciada, ressonância na cultura portuguesa. O Infante d. Pedro é um viajador diferente dos Lomellini ou até em parte de Marco

Polo. Afinal, todos têm de comum o serem homens que vivem épocas de transição, que assentam os pés num mundo, enquanto o gosto e a sensibilidade que enformam a sua visão pertencem a tempos de porvir e a outras latitudes de tempo.

Os contemporâneos de Bartolomeu Dias e de Colombo criaram um vocabulário à imagem dos seus medos e que domina a atenção de todos os que “se vam sobre o Mar Oceano”, de quem Valentim Fernandes escreveu serem *mareantes* e a quem Diogo de Sá chamou *navegantes*. Uma outra palavra denominadora é *latitudes*. Mas não é a única; num tempo em que se inventam terras, mares, ventos, rotas e se dão nomes a cabos, baías, portos, promontórios, que tem de novidade inventar palavras? Uma palavra sem solução, ou, se quiserem, uma palavra-esperança que se faz tão notada como a ausência em Foucault porque, afinal, nem sequer existindo, torna-se presencialmente obsessiva: *longura*. Ou seja, o *tirar o leste pelo oeste*, dos nossos cosmógrafos e matemáticos quinhentistas e que veio depois a chamar-se *longitudes*; esse bloqueio intransponível que só os homens das Luzes foram capazes de vencer. Uma pedra de Sísifo que, uma vez finalmente segura no alto do monte, permitiu, aos olhos dos homens, uma mais ajustada leitura do mundo.

Também o conceito de descobrir é complexo e encerra uma multivariabilidade de sentidos e de significados, os quais por vezes se acoitam atrás da homonomia (12). Por exemplo e uma vez mais: invenção, novidade, até mesmo ruptura, sem a qual o processo histórico dificilmente avançaria. Nesta linha de raciocínio *Descobrimientos* não se confundem com o outro conceito habitualmente próximo de *Expansão*, pois esta tem uma maior extensão diacrónica e semântica. Também a diferença entre *invenção* e *descoberta* se esbate quando ultrapassamos a barreira semântica e nos fixamos na realidade que ambas descrevem. Suponho ser neste contexto que faz mais sentido dizer-se que Colombo inventou, muito mais do que descobriu, a América.

E que há de estranho em tudo isto? A

11 A. A. Marques de Almeida, op. cit.

12 A história da palavra está feita, e até de maneira exaustiva, pelo menos para o período que vai de 1055 até 1567. Ver Joaquim Barradas de Carvalho, *A la Recherche de la Specificité, da le Renaissance Portugaise*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1983, t. II, pp. 529-42.



*Detalhe do Planisfério de Cantino, de 1502*



invenção é feita de restos, pois há muito que a asserção “do nada, nada se cria” está sobejamente demonstrada e a *inovação* é construída com o que sobeja de corpos ou organizações passadas. O cientista não é senão um Robison Crusoe que, com as tábuas do barco naufragado, constrói a barraca em que se abriga. Todo o jogo da inovação não passa disso. Talvez seja essa a origem ou a explicação primeira da célebre anedota do ovo e de Colombo. Afinal, *Natura non fecit saltus*. Mas não há limites à imaginação do mundo.

O tempo de Tordesilhas é uma demorada transição; o finissecular quattrocenista é uma ponte entre dois mundos, muito mais do que uma ponte entre dois tempos. Trata-se de momentos únicos, porque irrepitíveis, em que o conhecimento do mundo se metamorfoseia e se transforma em algo que se não sabe o que seja. Para as coisas novas não estão disponíveis novas palavras e as velhas desajustam-se da nova realidade emergente, dada a exiguidade da utensilagem cognitiva. Está gasta a afirmação de que as palavras re-bentam pelas costuras e a ruptura semântica em nada ajuda à compreensão da nova realidade. Como na narrativa do velho Tirésias, em que se diz que os seus olhos de cego ficam longe e não lêem o mundo que imagina, também os coetâneos de Tordesilhas não entendem o mundo que passa diante dos seus olhos.

Ler é ver. A leitura do grande livro da natureza cria as visões do mundo e que são confronto; confronto de ideias, choque de concepções. De um lado a medievalidade arrostando a carga da herança helenística com Ptolomeu, Diofanto, Euclides, Boécio. A emergência da novidade e da descoberta que traz em si mesma a destruição do conhecimento antigo que se organiza e resiste contra todas as evidências, e tenta ainda, numa atitude desesperada, conciliar o inconciliável e salvar o que já está perdido, tal como Bordone tenta, no seu *Isolário*, o ajustamento do novo espaço geográfico à irrecuperável lição ptolomaica. E estávamos já em 1528.

Nestas circunstâncias, a informação dos saberes disponível serve para muito pouco. Mas, paradoxalmente, é dela que flui o entendimento futuro.

Mas não será Tordesilhas igualmente um espaço do impossível? Pois que é traçar uma linha imaginária, que principia a ser definida como um meridiano e não passa afinal de um semimeridiano, entre dois espaços, um físico, que mal se lê, e outro mental sem representação possível? Assim foi Tordesilhas.

Num primeiro tempo (cerca de 1494), uma intenção. Num segundo tempo, que começa a esboçar-se de 1519 em diante, uma obsessão. Os resultados da viagem de Fernão de Magalhães, levada a cabo por desavindos com a Coroa portuguesa, aumentaram as preocupações do Piedoso e a pressão das especiarias asiáticas de Carlos V no mercado de Antuérpia, onde chegaram pela primeira vez em 1523, juntamente com a retoma de posição nos mercados da Alemanha e da Europa do Norte por parte de Veneza, convenceram d. João III do valor estratégico da linha de Tordesilhas e da necessidade do seu alongamento ao outro lado do mundo (13). Só então a linha de Tordesilhas é assumida como uma verdadeira divisão do mundo; o semimeridiano é entendido como meridiano. A todo o custo as ilhas da especiaria deveriam pertencer ao domínio da Coroa de Portugal. Mas como a solução se revelava, do ponto de vista científico, impossível, os negociadores sempre foram capazes de resolver o diferendo pela via comercial, mesmo que isso tenha custado a um erário real esgotado 350.000 cruzados. Onde claudicou a resposta científica, a pressão dos mercados, numa protoeconomia planetária, ditou o tratado de Saragoça de 1529.

Enfim, para um historiador das mentalidades, a contradição maior de Tordesilhas consiste no evidente desajustamento dos seus homens com a sua própria intencionalidade. São homens de um mundo que se esfuma com os pés já assentes num outro, ainda desconhecido. A distância que vai entre o que se tem e o que se

13 A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 33.

intui talvez nunca tenha sido tão dramática. Mas o conhecimento e os saberes do mundo estão em transformação, quando, na linda metáfora do renascimento ibéri-

co, “os olhos se fazem al mar”. É nesse ponto de uma linha do tempo que começa a construir-se a legitimação dos saberes empíricos.

---

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luis de. *A Cartografia Portuguesa dos Séculos XV a XVII*. Separata de Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Contributo da Cartografia Portuguesa*. Separata *Atti di Convegno La Cartografia Geografica nel Progresso delle Conoscenze sull'Oriente nell'Europa dei Secoli XV-XIX, Napoli 13-14 dicembre 1989*, Napoli, 1991.

\_\_\_\_\_. “O Tratado de Tordesilhas e as Dificuldades Técnicas da sua Aplicação Rigorosa”, in *Estudos de História*, Coimbra, 1973, 2ª vol., pp. 221-56.

AUJAC, Germaine. *Claude Ptolémée. Astronome, Astrologue, Géographe*. Paris, Editions du CTHS, 1993.

ALMEIDA, A. A. Marques de. *A Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)*. *Contributos para a Formação da Mentalidade Moderna em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, 2 vols.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e Desenvolvimento da Cartografia Portuguesa na Época dos Descobrimentos*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

RANGLES, W. G. L. *Classical Models of World Geography and their Transformation following the Discovery of America*. New York, Walter de Gruyter, 1994.

\_\_\_\_\_. “La Signification Cosmographique du Passage du Cap Bojador”, in *Studia*, nº 8, Julho 1961, pp. 221-56.

\_\_\_\_\_. “Le Nouveau Monde, l'Autre Monde et la Pluralité des Mondes”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961, t. IV, pp. 347-85.

---